



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Rifiotis, Theophilos

ETNOGRAFIA NO CIBERESPAÇO COMO "REPOVOAMENTO" E EXPLICAÇÃO

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, núm. 90, febrero, 2016, pp. 85-99

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10745321007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ETNOGRAFIA NO CIBERESPAÇO COMO “REPOVOAMENTO” E EXPLICAÇÃO*

Theophilos Rifiotis

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: t.rifiotis@ufsc.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319085-98/2016>

A rede é uma imagem adequada para descrever a maneira pela qual se pode ligar ou enumerar entidades díspares sem fazer suposições sobre níveis ou hierarquias (Strathern, 2014, p. 304).

Introdução

Desde que iniciei meus estudos sobre a chamada cibercultura,¹ em meados da década de 1990 e até recentemente no âmbito da ABCiber (Associação

Brasileira de Pesquisa em Cibercultura),² a etnografia tem sido objeto de permanente reflexão. Inicialmente, ela foi concebida a partir de uma suposta especificidade do seu objeto, a *cibercultura*, como um campo de pesquisa, ou como *ciberespaço*, um *locus* ou contexto da ação humana, ou pensada na especificidade da natureza virtual do campo de pesquisa, ou ainda como “comunicação mediada por computador”.³ A etnografia sempre ocupou um lugar central em todos os trabalhos desenvolvidos no âmbito do nosso grupo de pesquisa, o GrupCiber (Grupo de Pesquisa em Antropologia do Ciberespaço), da Universidade Federal de Santa Catarina.⁴ Desde o início, a etnografia trazia questões sobre o lugar da técnica (Rifiotis, 2012). Retrospectivamente, diríamos que as nossas inquietações residiam no modo como realizávamos a nossa vontade de saber sociotécnico e, sobretudo, como operávamos com a relação entre a técnica e o social para além da simples justaposição. Recuperar alguns elementos da nossa trajetória de reflexão sobre a cibercultura,

* Uma versão preliminar foi publicada nos Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (2014): <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401824396_ARQUIVO_Etnografianociberespacocomorepovoamentoexplicacao2014.pdf>. Agradeço ao CNPq o apoio às pesquisas que originaram este artigo.

sem qualquer pretensão de exemplaridade, nos permite abordar as questões teóricas e metodológicas com que concretamente nos defrontamos.

As questões sobre a etnografia no campo da cibercultura estão intimamente ligadas ao modo como a antropologia entrou no ciberespaço, pelo menos como as vivenciamos no Brasil: uma oscilação entre desconfiança e revelação. Estamos nos referindo aqui aos debates sobre as possibilidades e limites colocados para a antropologia do ciberespaço,⁵ que revelaram um movimento pendular, ainda hoje presente no campo, e que, em certa medida, repercutiu na literatura internacional (por exemplo, Boyer, 2012). Havia, pelo menos inicialmente, uma espécie de desconfiança sobre as possibilidades da pesquisa antropológica no ciberespaço, especialmente sobre a etnografia. Questões sobre a especificidade e a validade da observação de campo *on-line*, sobre a pesquisa com avatares, sempre contrastando, em termos absolutos, com as pesquisas realizadas com contatos face a face, digamos, *off-line*. Tratava-se de impasses sobre como pensar a relação mediada, ou melhor as dificuldades de produzir uma reflexão incorporando a mediação técnica na etnografia. Implicitamente, revelava-se também uma tendência a naturalizar as categorias do campo como se elas pudessem ser, imediatamente, categorias analíticas, por exemplo, as “comunidades virtuais” ou as “novas formas de sociabilidade”, e mesmo a “cibercultura” (Rifiotis, 2010).

Por outro lado, havia a revelação, uma percepção exatamente oposta àquela da desconfiança, na qual se transformava a própria experiência de nativos do ciberespaço em campo de pesquisa, percebendo-se talvez como uma espécie de argonautas do ciberespaço. A dupla condição, de nativo e de pesquisador, certamente nos colocava desafios teórico-metodológicos, mas ela funcionou, sobretudo, como uma condição favorável para a construção de uma “autoridade etnográfica”, adotando aqui os termos de Clifford (1998). De fato, à medida que se multiplicavam rapidamente as experiências dos próprios pesquisadores com o ciberespaço, incluindo no seu dia a dia *e-mails*, *blogs* e redes sociais, a sua identificação particular com esse campo atuou positivamente na produção de objetividade e validação de suas próprias pesquisas. Porém, nem sempre havia uma problematização das condições

de produção do conhecimento antropológico nesse campo específico, o que nos remete aos termos de uma questão mais geral pontuada por Eduardo Viveiros de Castro:

O nativo exprime sua cultura em seu discurso; o antropólogo também, mas, se ele pretende ser outra coisa que um nativo, deve poder exprimir sua cultura culturalmente, isto é, reflexiva, condicional e conscientemente (2002, p. 114).

Em outros termos, desde meados da década de 1990, os jogos envolvidos na definição das categorias pertinentes, dos atores e dos objetos a serem considerados nas análises do ciberespaço passaram a contar com aquilo que Latour (2000, p. 22) chamou de “testemunhas confiáveis”, ou seja, a adesão dos pares e a mobilização coletiva de testemunhos que atestam a existência de um fato. A experiência nativa partilhada ajudou a validar a atividade antropológica no ciberespaço.⁶

Na década seguinte, as etnografias produzidas e os debates travados estavam concentrados na ideia da chamada “comunicação mediada por computador”, destacando cada vez mais a noção de mediação técnica. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho seminal de Arturo Escobar (1994), intitulado “Welcome to cyberia”, como um ponto, digamos, fora da curva, antecipando debates de grande atualidade. Consideramos que ele mostrou de modo inovador a pertinência da abordagem da sociotécnica.⁷ Foi somente a partir de 2008 que os trabalhos desenvolvidos no GrupCiber experimentaram uma virada sociotécnica, com a articulação da etnografia com a teoria ator-rede, especialmente inspirados pelos trabalhos de Latour (2000, 2002, 2008) e pela potencialização da noção de redes sociotécnicas para o estudo da cibercultura.

Assim, apesar do estágio ainda inicial da reflexão, esperamos mostrar a riqueza dos debates envolvidos e as possibilidades abertas para o desenvolvimento da pesquisa no campo da cibercultura, a partir de uma noção de redes renovada (Strathern, 1996; Latour, 2008). Propomos aqui uma crítica à chamada *etnografia virtual*, que será sistematizada em três eixos analíticos: i) a metáfora do olhar; ii) o “repovoamento” do social; e iii) o caráter produtivo da descrição.

O debate que trazemos situa-se num campo de disputas entre distintas políticas etnográficas, que, no seu estágio atual, não permite vislumbrar um consenso, mas tão-somente cartografar controvérsias do campo.⁸ Assim, apontamos uma série de questões que consideramos pertinentes às políticas etnográficas e com potencial analítico concreto para serem integradas às práticas etnográficas.

Por essa razão, serão evocados inicialmente debates sobre etnografia, para deles apontar a possibilidade de uma nova compreensão do lugar da descrição na antropologia. Em outros termos e com base nos trabalhos que temos realizado no GrupCiber desde 1996 (*e-mails, blogs, chats, linux, orkut, twitter, bots*),⁹ propomos aqui um ensaio que visa problematizar a etnografia para além da textualização *tout court*, colocando em perspectiva os problemas que enfrentamos nas pesquisas etnográficas no ciberespaço. Portanto, a nossa intenção não é discutir a textualização, mas trazer apontamento para pensarmos uma descrição que siga os agentes em ação, que acompanhe a formação dos próprios agentes no curso da ação. Nosso horizonte seria o desenvolvimento de uma chave heurística para as experiências etnográficas no campo da cibercultura em termos do “repopoamento” da escrita e da sua potência explicativa.¹⁰

A metáfora do olhar

Uma das questões mais antigas e ainda atual nos debates sobre etnografia é a “perenidade dos dados etnográficos em contraste com o caráter efêmero das conquistas teóricas”, destacada por Mariza Peirano (1992, p. 14). Trata-se de uma questão emblemática para o fazer antropológico. Em primeiro lugar, porque ela evoca a defesa da etnografia, ícone de uma tradição científica e profissional. Ela é emblemática também por tensionar a relação teoria-empíria, fundadora da forma moderna do fazer antropológico¹¹. E, finalmente, ela nos interpela sobre a escrita ao referir-se aos “dados etnográficos”, registro da fluidez social e que pode se tornar uma fonte para outras pesquisas. No limite, ela pode também ser relacionada com as propostas contemporâneas do fazer antropológico e seu di-

recionamento para a textualização, no sentido de uma crítica ao caráter especular e representacional da etnografia, ou seja, o modo pelo qual a “etnografia traduz a experiência e o discurso em escrita” (Clifford, 1998, p. 88).

Vivemos hoje envolvidos pelas questões ligadas à “textualização” e à “crise representacional”. Sem dúvida, a publicação *Writing culture* (Clifford e Marcus, 1986) é um marco histórico de grande atualidade. De fato, bastaria lembrar uma avaliação feita pelo próprio Clifford (1999) na sua resenha do livro intitulado *After writing culture: epistemology and praxis in a contemporary anthropology* (James, Hockey e Dawson, 1997), que reúne trabalhos dedicados a refletir sobre *writing culture*. Nela, Clifford procura atualizar o debate “pós-moderno” concluindo criticamente que a análise cultural está se tornando uma questão de retórica e de escrita.

Se, por um lado, podemos afirmar que nos afastamos do “realismo etnográfico” pela tomada de consciência da escrita e de seus limites representacionais, leia-se criadores, por outro, ainda continuamos nos debatendo com as questões levantadas pela tradução. O que nos leva ao primeiro ponto da nossa problematização, qual seja, de que a prática etnográfica, implícita ou explicitamente, e, por vezes, contraditoriamente, postula a existência de dois mundos, aquele chamado *real*, dos dados ou fatos, aquilo que é dado à observação, e outro criado pela representação do observado. A própria defesa da etnografia parece passar por esse postulado, quando afirma e reforça a existência de “dados etnográficos” e as teorias que deles emergem, ou a “redução” da tradução.

No limite daquele debate, parece que continuamos prisioneiros de uma espécie de teoria pictórica da linguagem, como afirma o filósofo Nelson Goodman:

A acusação de que uma dada descrição verdadeira distorce ou é infiel ao mundo tem importância em termos de alguma gradação de acordo com fidelidade, ou em termos de uma diferença em graus de fidelidade entre descrições verdadeiras e boas pinturas. Mas se nós dizemos que todas as descrições verdadeiras e boas pinturas são igualmente infieis, então de

que exemplo ou padrão de fidelidade relativa nós estamos falando? [...] Há muitas descrições verdadeiras igualmente diferentes e verdadeiras do mundo, e sua verdade é o único padrão de sua fidelidade. E quando nós dizemos delas que todas elas envolvem convencionalizações, nós estamos dizendo que nenhuma destas descrições diferentes é exclusivamente verdadeira, pois as outras também são verdadeiras. Nenhuma delas nos diz o modo como o mundo é, mas cada uma delas nos diz um modo como o mundo é (1972, p. 5).

O “modo como o mundo é” no plural significa reafirmar a ideia de que os “fatos são feitos”, que o “observado” é ao mesmo tempo real, social e efeito da narrativa, como bem argumentou Latour (2000) em *Jamais fomos modernos* para caracterizar a constituição, ou seja, o conjunto de operações que os modernos criaram para si mesmos, e que, na sua obra *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches* são designados como fe(i)tiches (Latour, 2002). Apesar de a nossa pergunta ter sido iniciada na cibercultura, ela nos leva a problematizarmos o pressuposto do “dado” e a noção de “fato” e fenômeno. Aprendemos a pensar em termos do caráter contingente da observação etnográfica, mas pouco questionamos nosso olhar disciplinado, como diria Roberto Cardoso de Oliveira (2000). A questão, em termos resumidos, reside em situarmos quem, quando e como se produz a distinção entre *matter of fact* ou *matter of concern* (Latour, 2004), o que se desdobra numa crítica da objetividade moderna.¹²

Procurando situar o debate no campo da cibercultura, diremos que se trata de um desafio para pensarmos os limites de uma “narrativa descritiva” e sua capacidade de traduzir a íntima relação entre a técnica e os sujeitos humanos. Colocando em perspectiva a exterioridade da técnica pressuposta nas abordagens cujo eixo analítico é estruturado a partir de noções como *uso*, *apropriação* e *representação* dos objetos técnicos tal como se percebe na etnografia virtual (Rifiotis, 2012). A exterioridade pressuposta é amplamente questionada pela literatura etnológica, porém para os “modernos”, como diria Latour, tal separação/exterioridade é uma marca central, e a etnografia virtual ainda precisaria problematizá-

-la. No limiar do debate sobre o lugar da técnica está, sem dúvida, a obra de Marcel Mauss (1974, p. 198), que afirmava a intrínseca relação do social com os objetos materiais, defendendo uma integridade moral, social, mental, corporal ou material,¹³ como discutiremos no próximo item.

O “repovoando” da etnografia

No campo da cibercultura, apesar de a etnografia ocupar um lugar de destaque, em grande medida ela se mantém fora dos debates atuais sobre a técnica e das questões da textualização. Nos últimos anos, temos refletido exatamente sobre o lugar da técnica na análise antropológica da cibercultura (Rifiotis, 2012). Enfatizamos a necessidade de repensar a ideia de agência e hibridismo superando a dicotomia humano/não humano, especialmente no campo da chamada “comunicação mediada por computador”, distinguindo e procurando dar um sentido mais preciso às noções de mediador e intermediário, como veremos a seguir. Entendemos que se tratava de questões analíticas enfrentadas pela antropologia desde as clássicas contribuições de Mauss até os debates atuais sobre as redes sociotécnicas e a teoria ator-rede.

Como dissemos anteriormente, estamos diante de um desafio crítico de revisão dos eixos analíticos baseados no uso, apropriação e representação, envolvendo os objetos técnicos. Da nossa perspectiva, trata-se de enfrentar analiticamente a própria definição e a possibilidade de uma etnografia virtual, como pensada por Cristine Hine (2004a), para além de uma simples crítica. Entendemos que a etnografia virtual foi e de certo modo continua sendo importante para resolver problemas de pesquisa relativos à necessidade de pensar a internet, por exemplo, como um espaço social no qual se pode legitimamente fazer pesquisa antropológica. A nossa trajetória no campo nos confirmou a relevância da etnografia no ciberespaço como afirmou Hine (2004b) numa conferência em 2004:

A ideia da etnografia virtual era encontrar uma maneira de levar a sério, como fenômeno sociológico, os tipos de coisas que as pessoas faziam na internet. Ao mesmo tempo, o desafio

não era assumir que simplesmente por olhar para o que aconteceu *on-line* poderíamos ter a imagem completa do porquê ele era socialmente relevante ou significativo.¹⁴

Porém, a partir da virada sociotécnica do GrupCiber em 2008, temos procurado mostrar as vantagens analíticas de focar nosso trabalho não nos atores humanos em ação na internet, mas na dimensão mediada das conexões entre humanos e de humanos com não humanos, e não apenas situá-las numa espécie de *locus*, um contexto para eventos e comportamentos, o ciberespaço. Temos procurado sistematizar possibilidades analíticas que apontem para a superação das dicotomias que articulam a cibercultura, para dar suporte às análises sociotécnicas num campo atravessado por inovações, nos termos de Latour (2008, p. 27), ou seja, nas quais são incertas as fronteiras dos grupos, e onde flutua a variedade de entidades a considerar na descrição.

Trata-se de um projeto ambicioso e ainda em formação, fundamentado não apenas numa recusa genérica de dicotomias, mas na construção de uma perspectiva que vem sendo delineada desde os anos de 1980-1990, na qual a descrição etnográfica está voltada para os fluxos e deslocamentos. Nesse sentido, consideramos o artigo de Marilyn Strathern (1996), “Cutting the network”¹⁵ emblemático, por nos oferecer uma referência inspiradora para os estudos da cibercultura, pois, através de situações etnograficamente descritas, ela nos mostra como rastrear fluxos e descrever associações e dissociações que ocorrem no curso da ação. O que nos remete mais diretamente ao segundo ponto da problematização da etnografia em termos sociotécnicos: quais são os objetos da etnografia? Como fazer etnografia num mundo em que a divisão entre “mediador” (aquele/aquilo que transforma) e “intermediário” (aquele/aquilo que transporta, “caixa-preta”) é contingente?

Nossas análises deveriam descrever aquele/aquilo que faz diferença no curso da ação, sem que sejam previamente definidas os entes e as agências e, sobretudo, que elas se limitem exclusivamente aos humanos. De onde a pergunta: como descrever a agência não humana? Como descrever a agência sem precisar relacioná-la a outro domínio ou qualificação, especialmente a distinção humano/não humano? Ou

ainda, em termos latourianos: como descrever um ator-rede? Afinal, a própria distinção entre humanos e não humanos como duas categorias pode instaurar uma dicotomia, criando duas entidades englobantes, instaurando uma pretensa essencialidade.¹⁶ Nesta abordagem, devemos estar sempre atentos às contingências e cursos da ação, sem pressupor agentes e agências de antemão, e problematizando a suposta diferenciação entre humanos e não humanos como dois domínios fechados. É preciso estar atento aos problemas da agência, pois, como afirma Brown, “Perguntar-se acerca da agência não humana abre uma discussão que problematiza o não humano e deixa de fora a questão da agência humana” (Lee e Brown, 1998, p. 219).

É oportuno lembrar que, para a antropologia, tais questões se tornam relevantes e problemáticas apenas quando falamos sobre nós mesmos, os “modernos”, pois como lembra Latour:

Este dilema permaneceria sem solução caso a antropologia não nos houvesse acostumando, há muito tempo, a tratar sem crise e sem crítica o tecido inteiriço das naturezas-culturas. [...] Basta enviá-lo [o etnógrafo] aos arapesh ou achuar, aos coreanos ou chineses, e será possível uma mesma narrativa relacionando o céu, os ancestrais, a forma das casas, as culturas do inhame, de mandioca ou de arroz, os ritos de iniciação, as formas de governo e as cosmologias (2000, p. 12).

Concretamente, desde os primeiros trabalhos desenvolvidos no GrupCiber, enfrentarmos essa questão, quando nos perguntávamos sobre como descrever, por exemplo, uma plataforma, concebida como *software*, uma entidade técnica que dava suporte para a experiência social mediada por computadores. Vale lembrar que, no início dos nossos trabalhos, ainda na década de 1990, fazíamos uma distinção entre “plataforma” e “ambiente”, este último como “*locus* de sociabilidade” (por exemplo, Guimarães Jr., 2010). Se naquele momento, digamos “fundador”, para nós, era importante mostrar que havia vida social no ciberespaço e que ela tinha uma especificidade, atualmente ela nos parece confirmar, contrariamente ao pretendido, uma distinção ontológica, entre uma, digamos, dimensão

humana e outra que seria técnica. Concretamente, a perspectiva sociotécnica que adotamos há alguns anos, permite potencializar os limites de tal distinção, evidenciando o seu caráter de enquadramento prévio e dicotômico entre o “mundo técnico” e o “mundo humano”. Nosso discurso pretendia ser integrador, mas não conseguíamos ir além de uma dualidade entre duas entidades distintas na qual a primeira era estudada em função da segunda, ou seja, a técnica como elemento intermediário para a ação humana. Aqui pode ser interessante retomar uma autocrítica feita em outro trabalho.

Confesso que desde o início do meu interesse pelo campo da “cibercultura” incomodava-me a ideia de “comunicação mediada por computador” (CMC). A própria ideia de “mediador” parecia-me deslocada uma vez que tratávamos de comunicação/interação entre humanos e o computador/rede eram apenas intermediários, invisibilizados na maior parte do tempo nas nossas descrições, apenas presentes como suporte. Por vezes um mero intermediário, quase nunca problematizado, apenas um elemento do cenário onde ocorrem relações entre humanos. [...] Havia, em minha opinião, uma invisibilidade dos meios, dos componentes eletrônicos, dispositivos computacionais, softwares, rede física, etc. Se fôssemos coerentes com a perspectiva então adotada, deveríamos falar em “comunicação intermediada por computador”. Estimulado por essa crítica, passei a refletir sobre os elementos técnicos da “CMC”, na rede sociotécnica. Porém, fazia isso separando os elementos em categorias de humanos, com intencionalidade, volição, consciência, etc., sujeitos da ação que empregam para fins que eles próprios definem os objetos e instrumentos (Rifiotis, 2012, p. 572).

Enfim, hoje podemos afirmar que a partir da abordagem sociotécnica fica evidente que muitas vezes operávamos com uma simples justaposição entre uma análise técnica e outra social, uma vez que pressupúnhamos – desde o ponto de partida – a existência daquelas duas entidades. É nesse sentido que falamos, a partir de Bruno Latour (2008), em “repo-

voar” a cibercultura. Ou de modo mais direto, como ele no artigo “Une sociologie sans objets?”: “Os objetos fazem alguma coisa, eles não são simples telas ou retroprojetores da nossa vida social” (Latour, 1994, p. 47). O que nos remete ao problema de definir *a priori* agências e utilizar distinções como humano e não humano, pois estaríamos criando, instituindo, classes de entes já dados e não formados no curso da ação observada e a ser descrita, como indicado pela abordagem sociotécnica.

Sabemos que esse debate não se restringe à cibercultura, porém, no campo que é o nosso, devemos nos perguntar como integrar a plataforma, a tela, o teclado, o *mouse* ou o toque na tela, a rede *wi-fi*, a eletricidade, a rede física etc., etc., e também as conexões e elementos *off-line*, com a aquilo que chamamos de cultura ou sociedade. A partir da abordagem sociotécnica, o tecido das nossas práticas, focado exclusivamente nos humanos, não parece mais inteiriço, pois ele está mesclado de outros elementos que desempenham atividades diversas no curso da ação.

É antes de tudo uma primeira tarefa eminentemente de simetrização: descrever como actantes, sempre híbridos, titulares potenciais de agência, são eles mesmos resultado de séries das conexões nas quais estão envolvidos no curso da ação descrita. Afinal, na terminologia da teoria ator-rede, a noção de “ator” não é redutível ao sentido tradicional de “ator social”, uma vez que ela deve nomear tudo que age, aquilo/quem que faz diferença, deixa rastros, podendo ser pessoas, instituições, animais, objetos etc. Como diz Latour (2008, p. 73), “usar a palavra ‘ator’ significa que nunca está claro quem e o que está atuando quando atuamos, dado que um ator no cenário nunca está só na sua atuação”. Assim, Latour recorre à semiótica de Greimas (1976), através da noção de “actante”, a qual incorpora tanto a multiplicidade de agência quanto a pluralidade de participantes associados no curso da ação.¹⁷

Na teoria ator-rede, como apontado por John Law (1992), nada/ninguém age isoladamente, o agente é sempre aquilo/quem participa de uma série de combinações envolvendo objetos, processos e atores humanos, por isso o agente é sempre uma rede e a própria rede pode ser agente. Quando falamos em rede sociotécnica, não estamos nos referindo apenas àquilo que transporta informação (in-

tacta), ou seja, um intermediário. Na cibercultura, a rede sociotécnica não deve ser confundida com a rede da internet: ela não é mero contexto no qual ocorrem ações humanas. Descrever uma rede sociotécnica implica descrever os fluxos, agenciamentos internos. Nas palavras de Law:

Se os seres humanos formam uma rede social não é porque eles interagem com outros seres humanos. É porque eles interagem com os seres humanos e infinitas outras matérias também. E assim como os seres humanos têm suas preferências – eles preferem interagir de certa forma, em vez de outras –, assim também o fazem os outros materiais que compõem as redes heterogêneas do social. Máquinas, construções, roupas, textos – contribuem para a modelagem do social. E – esse é meu ponto – se estes materiais desaparecessem, então também o mesmo aconteceria com o que chamamos às vezes de ordem social. A teoria ator-rede afirma, então, que essa ordem é um efeito gerado por meios heterogêneos (1992, s/p).

Assim, o nosso segundo eixo crítico, que chamamos num primeiro momento de “repovoamento”, não pode ser reduzido a uma simples tarefa de inclusão, mas o reconhecimento do caráter relacional, contingente e compósito de todos os elementos que tecem o tecido social.

O caráter produtivo da descrição

Por fim, trazemos o terceiro eixo da nossa crítica à etnografia virtual, que é a descrição como explicação. A ideia de uma descrição explicativa está diretamente relacionada com o modo como concebemos os dois eixos anteriores, aos quais se soma a reflexividade na etnografia. Após os anos de 1980-1990, a reflexividade tornou-se uma das questões centrais para a etnografia. Referimos fundamentalmente à ideia de problematizar a presença do observador em campo. Em termos mais contemporâneos, a formulação mais adequada nos parece ser aquela de Paul Rabinow (2007) sobre o “observar observadores observando”. Para o nosso debate, o texto de Rabinow pode ser interessante para repen-

sarmos a separação implícita na prática etnográfica entre três elementos: um ambiente no qual se dá o fluxo da ação, uma perspectiva de observação do etnógrafo, e o referente, seu objeto.

Como dito desde o início, hoje concebemos nossos objetos como contingentes e relacionais. É partir da contingência da observação, e, portanto, da etnografia, que colocamos em pauta uma observação de segunda ordem (“observar o observador observando”). Evidentemente, não se trata de uma perspectiva privilegiada, que vê a si mesma e ao mundo, mas do que um segundo observador que observa a observação, e procura identificar as escolhas feitas pelo primeiro observador. Ou seja, para o segundo observador, o sistema observador-ambiente criado pelo primeiro seriam o seu referente.¹⁸ Um segundo observador humano ou um dispositivo que registra a observação, ou mesmo um arquivo de *log* ou representações de fluxos e conexões que se formam com a ação que estamos descrevendo. Temos aí uma pista interessante e que oferece múltiplas estratégias para o trabalho de campo no ciberespaço.

A questão colocada por Rabinow é relevante e nos indaga sobre o modo reflexivo da prática antropológica, que parte de uma definição da etnografia que toma o sujeito observador como centro da descrição. Uma definição da etnografia nesta perspectiva poderia ser enunciada nos seguintes termos: “A etnografia [...] é uma prática peculiar de representar a realidade social de outros através da análise da experiência própria no mundo daqueles outros” (Emerson, Fretz e Shaw, 1995, p. 10). Porém, sem pretender reduzir o debate, nos limites da nossa argumentação, diríamos que, apesar da pertinência das colocações de Rabinow, não deixamos de pensar que ela pressupõem um modo de conceber e fazer antropologia estritamente focado no observador.

Assim, coerentemente com o debate do item anterior (“repovoamento”), somos levados a nos perguntar se a “observação do observador observando” equaciona adequadamente a questão da metáfora do olhar. E se a distinção entre ambiente, observador e referente é compatível com a abordagem sociotécnica. Sem termos uma resposta final para essas indagações, propomos uma breve incursão na agenda atual da antropologia, a partir das reflexões

de Roy Wagner (2010) sobre a “invenção da cultura” e suas implicações para a prática etnográfica. Esperamos assim poder mostrar que a questão do observador e da exterioridade é mais complexa do que o desenho anterior parecia pressupor. Para explicar este argumento, tomaremos como base os questionamentos de Wagner sobre o trabalho de tornar visível a cultura e o modo como inventamos a cultura, os quais não podem nos deixar indiferentes em relação ao lugar da etnografia e do próprio trabalho de campo.

A despeito de tudo o que possam ter-lhe dito sobre o trabalho de campo, a despeito de todas as descrições de outras culturas e de experiências de outros pesquisadores que ele possa ter lido, o antropólogo que chega pela primeira vez em campo tende a sentir-se solitário e desamparado. Ele pode ou não saber algo sobre as pessoas que veio estudar, pode até ser capaz de falar sua língua, mas permanece o fato de que como pessoa ele tem de começar do zero. É como uma pessoa, então como um participante, que começa sua invenção da cultura estudada. Ele até agora experimentou a “cultura” como uma abstração acadêmica, uma coisa supostamente tão diversa e multifacetada, e no entanto monolítica, que se torna difícil apoderar-se dela ou visualizá-la (Wagner, 2010, p. 31).

De acordo com Wagner, o exercício de pensar a invenção da cultura pelo antropólogo passa por uma reflexão séria e desestabilizadora da forma “moderna” de pensarmos a prática e o estatuto da etnografia. O trabalho de campo seria uma experiência criativa e passaria a ser efetivamente vista como um trabalho, pois ela produz a “cultura”, ou melhor a “inventa”:

[...] poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais “real” do que as coisas que ela “relaciona” (Idem, p. 30).

Se concordarmos com Wagner sobre o trabalho de campo como um modo de tornar a cultura visível, pelo “choque cultural”, no processo de o antropólogo se submeter a situações não planejadas ou controladas, a etnografia perde completamente o caráter especular, que – é sempre bom lembrar – estava sendo questionada desde os anos de 1980. A escrita etnográfica passa a ser entendida como uma parte fundamental do processo de objetificação da cultura, e a etnografia é um modo particular de experimentar a diferença cultural e expressá-la. Em resumo, se bem compreendemos as colocações de Wagner, a questão da reflexividade do analista ganha um novo lugar.

O exercício de reflexividade em questão não se reduz, então, a um problema de escrita etnográfica, tal como encara a literatura pós-moderna em antropologia, mas estende seu alcance de problematização ao contexto da experiência etnográfica como forma de neutralizar os efeitos de oposição entre “experimentar lá” e “escrever aqui” (Benites, 2007, p. 117).

Voltando ao início do argumento sobre a etnografia no ciberespaço, diríamos que embora seja um objeto central nos estudos da cibercultura, ela não é entendida de modo homogêneo no campo. Porém, parece que agora fica mais claro que há um conjunto de questões centrais para a antropologia contemporânea que ainda não repercutiram no campo específico dos estudos da cibercultura. Aliás, não seria exagerado afirmar que muitas vezes a etnografia virtual é acionada nas pesquisas exatamente pelo hiato aberto pela ideia de que ela está marcada por uma fluidez e pela “falta de receitas” (Hine, 2004a, p. 23).¹⁹

Trazer a etnografia para o centro dos estudos da cibercultura sempre foi o horizonte analítico do GrupCiber. Sabemos, pelas experiências das pesquisas empíricas realizadas ao longo de quase vinte anos, que a pressuposta “fluidez” abriu importantes possibilidades de pesquisa neste campo e, por essa mesma razão, não pretendemos refutar a potência da etnografia virtual que já está bem assentada. Nosso objetivo resume-se a trazer para o debate as contribuições da teoria ator-rede, destacando as possibilidades analíticas que se desenharam para a pesquisa da cibercultura.

É curioso observar que em face da “fluidez” – corretamente apontada por Hine – a teoria ator-rede não oferece uma guarita metodológica, mas apenas a “incerteza da escrita” (Latour, 2008). Para compreendermos o alcance do lugar da escrita e da descrição na teoria ator-rede, será necessário recorrer a um conjunto de seus pressupostos. Em primeiro lugar, lembremos que o “social”, tomado como entidade já dada para a análise é antes de tudo um social estabilizado, o qual pode funcionar como uma totalidade explicativa ou interpretativa, passando de objeto da análise para elemento explicativo/interpretativo. Assim, na teoria ator-rede, como afirma Latour, a própria constituição de grupos é antes de tudo o resultado do trabalho dos analistas e dos sujeitos, eles mesmos no curso da sua ação:

O delineamento dos grupos não é apenas uma das ocupações dos cientistas sociais, mas também uma tarefa permanente dos próprios atores. Os atores fazem a sociologia para os sociólogos e os sociólogos aprendem com os atores que compõem seu conjunto de associações (Idem, p. 54).

Porém, no campo de pesquisa específico da cibercultura, diríamos que a complexidade da afirmação latouriana reside em a cibercultura ser ao mesmo tempo aquilo que queremos explicar e o que usamos para explicar. Se, como vimos anteriormente, o agente é sempre uma rede, a etnografia no ciberespaço seria antes de tudo uma operação cujo objetivo é rastrear a formação de redes. O que nos termos de Bruno Latour seria a atividade própria da teoria ator-rede, ou seja escrever uma narrativa ou descrição na qual

[...] todos os atores fazem algo e não estão limitados a permanecer parados. Em vez de apenas transportar efeitos, sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode tornar-se uma bifurcação, um evento ou a origem de uma nova tradução. Quando se trata os atores não como intermediários, mas como mediadores, fazemos os movimentos sociais visíveis para o leitor. Assim, através de muitas invenções textuais, o social pode voltar a ser uma

entidade em circulação, que não esteja antecipadamente composta de um agregado estático do que ocorreu antes de ser parte da sociedade (Idem, p. 187).

Pode ser útil, para refletirmos sobre a descrição na abordagem sociotécnica, lembrarmos-nos de que não se trata de opor descrição e explicação, já amplamente comentada por Clifford (1998), mas de tomar a descrição como uma atividade que não precisa ser complementada por uma explicação, e, se parecer necessário, é porque ela ainda não foi suficientemente estendida para englobar a própria explicação. Em *Reensamblar lo social*, Latour enfatiza que devemos estar atentos para as situações em que a própria explicação tornou-se um elemento estabilizado e os agentes cumprem plenamente papéis determinados. Em tal perspectiva, o objetivo da descrição seria identificar os fluxos em que se dá a ação, a emergência de agentes (redes), os deslocamentos etc. Ou como “didaticamente” afirma Latour:

O que se entende por “explicação social” na maioria das vezes? Adicionar um outro ator para dar aos atores já descritos, a energia necessária para agir. Mas se você precisa adicioná-lo, então a rede não estava completa. E se os atores já reunidos não têm energia suficiente para agir, então não são “atores” mas apenas meros intermediários [...] (Idem, pp. 212-213).

De forma sintética, podemos afirmar então que a descrição seria a operação de mostrar os rastros deixados pelos agentes (actantes) no curso da sua ação.

Considerações finais

O conjunto das questões levantadas, nesse primeiro mapeamento, está longe de estar satisfatoriamente abordado. No entanto, nos estudos da cibercultura não há como negar que estamos sendo confrontados a muitas e múltiplas dificuldades e é difícil fazer face a todas elas ao mesmo tempo. Somos construtores de “dados”, “testemunhas confiáveis”, o social é um compósito e as conexões estabilizadas são “caixas-pretas” que abrimos, tornando visíveis opera-

ções e elementos para compor as nossas descrições. Os elementos do mundo já não cabem nas categorias do “social” previamente estabelecido, mas estão num quadro de permanente inovação, e os entes que povoam o mundo que pretendemos descrever são “ciborgues” no sentido de Donna Haraway (2000). Além do mais, a escrita etnográfica poderia ser considerada como o nosso laboratório através do qual exercemos nosso poder criador.

No entanto, apesar das dificuldades, o conjunto deve ser encarado como tal. Uma primeira chave para enfrentarmos o cenário entrevisto no presente ensaio, seria pensá-lo de modo interativo e não parceladamente. Nenhuma resposta isolada pode dar conta da complexidade, que deve ser transversal às questões colocadas. Podemos seguir a argumentação de Marilyn Strathern e sua visão englobante:

[...] a antropologia contemporânea opera criticamente com os termos “sociedade” e “cultura”, que seriam epifenômenos, “metáforas úteis” e estruturantes do discurso científico, e que eles implicam em modos de pensar que traduzem uma metafísica, a nossa própria cultura, a cultura da antropologia (Strathern, 2006, p. 39). Tal metafísica, invisível na nossa prática de pesquisa, seleciona e organiza o que deve ser observado e relatado. Assim, defendi que conhecer os elementos de base dessa metafísica seria tomar consciência dos limites do nosso lugar de produtores de discursos e do lugar que ocupam nossos discursos frente a outros (Rifiotis, 2012, p. 573).

Para finalizar, considerando que a cibercultura está completamente atravessada pela técnica e que está marcada permanentemente por inovações, no trabalho antropológico ela se apresenta como uma estabilização que passa a compor o quadro dos elementos a serem rastreados/descritos. De uma perspectiva mais geral, diremos que as situações em que proliferam inovações, em que são incertas as fronteiras entre grupos, nas quais flutuam a variedade de entidades, como diria Latour (2008, p. 27), em tais situações “a sociologia já não é capaz de rastrear novas associações dos atores”. Por essas razões, a noção chave que abre caminhos para a

superação das dicotomias clássicas entre sujeito e objeto, social e técnica, é a noção de redes socio-técnicas. Através dela, a própria rede deixa de ser exclusivamente algo que é “usado” por humanos, ou um mero contexto para a ação humana, afinal, no curso de cada ação, a rede pode tanto ser o contexto no interior do qual certas relações se produzem, quanto um mediador que transforma relações e possibilita a emergência de sujeitos. Seria importante aqui recorrer novamente à Marilyn Strathern quando ela retoma o trabalho de Latour para discutir a noção de rede.

As “redes” (a análise de redes convencional) existem há muito tempo, mas agora temos uma nova espécie de “redes” (na teoria ator-rede). [...] O conceito de rede convoca os rendilhados de elementos heterogêneos que constituem objetos, eventos ou séries de circunstâncias como esses, unidos pela interações sociais: é, em suma, um híbrido imaginado em estado socialmente estendido (2014, pp. 301- 302).

Desse modo, arriscando uma formulação mais geral, diríamos que entendemos que o foco etnográfico deixa de ser os sujeitos humanos como totalidades já dadas de antemão e passa a ser a ação, os agenciamentos, incluindo-se todos os partícipes (actantes) que atuam no seu curso.

Enfatizamos uma vez mais que apenas pretendíamos compartilhar inquietações sobre a pesquisa etnográfica no ciberespaço. Destacamos finalmente que a descrição (se ainda precisamos chamar de etnográfica, por tradição, ou contando com a generosidade da própria etnografia em acolher mais estas questões) será a descrição de como algo/alguém faz algo/alguém fazer. O “social” e a “cultura” deixam de ser considerados exclusivamente como um estado de coisas ou um domínio específico, podendo ser o produto de conexões ou a sua origem. Numa tal definição performativa do social, “descrever” se assemelha a “explicar”. A descrição poderia ser entendida como escrita que produz uma visibilidade singular de fluxos, mostrando a pluralidade e hibridização dos agentes em ação. Descrever é criar “relatos arriscados”, nos termos de Latour, através dos quais mostramos como cada actante faz com que outros actantes façam coisas inesperadas. O texto é,

portanto, um laboratório em que são relatados os experimentos e as transformações observadas no curso da ação que compõem um fluxo, uma série de conexões que tecem aquilo que delas emerge como social. E o nosso debate torna-se então consciente de que não se trata de simples problemas etnográficos a serem superados, mas de um jogo entre políticas etnográficas.

Notas

- 1 *Cibercultura* é uma noção problemática e, como salientamos em outro lugar, “ao invés de definições apriorísticas de ciberespaço, cibercultura, etc., que poderiam se confundir com um nominalismo, retomamos as interrogações básicas sobre como se dão as interações nesse espaço” (Rifiotis, 2010, p. 17).
- 2 Mais informações, visite *site* da ABCiber: <<http://ab-ciber.org.br>>.
- 3 Apesar de enunciada como “comunicação mediada por computador”, o tratamento usual dado aos elementos “não humanos” remete mais propriamente ao que chamaríamos de *intermediação*. Como temos procurado pensar nossos trabalhos a partir da obra de Bruno Latour (2000, 2004, 2008), impõe-se problematizar estas duas noções (mediação e intermediação). De fato, como afirmamos em outro lugar: “No âmbito da teoria ator-rede, que coloca sujeitos e objetos em relações simétricas, a noção de ‘mediação’ é associada aos atores (sujeitos, objetos; humanos, não humanos) que, dotados de agência, apresentam capacidade de transformar, traduzir, distorcer ou modificar o significado dos elementos que transportam. Diferentemente, são considerados ‘intermediários’ os atores que transportam significados sem promover transformação. É importante dizer que, na abordagem de Bruno Latour, não há definições *a priori* de ‘mediadores’ e ‘intermediários’. Trata-se, na verdade, de maneiras distintas de se perceber os atores, conforme os efeitos de suas agências” (Máximo *et al.*, 2012, p. 296).
- 4 Refiro-me aos trabalhos que discutem a etnografia na cibercultura realizados no GrupCiber (<<http://www.grupciber.net/blog/>>): Rifiotis (2002), Rifiotis, Máximo e Cruz (2009), Rifiotis, Máximo e Cruz, (2010), Rifiotis *et al.* (2010) e Máximo *et al.* (2012).
- 5 Essa questão não nos parece totalmente desvinculada daquela marcação entre “apologéticos” e “apocalípticos” que discutimos em outro trabalho (Rifiotis, 2010, p. 17).
- 6 Discutimos no calor daqueles debates sobre essas questões, porém elas talvez ainda não tenham sido plenamente enfrentadas, especialmente no que se refere ao trabalho etnográfico (Rifiotis, 2010).
- 7 O artigo recebeu vários comentários, inclusive um de Marilyn Strathern destacando sua relevância e discutindo o alcance e limites da própria ideia de cibercultura.
- 8 Temos utilizado a expressão “políticas etnográficas” para nos referirmos a um complexo conjunto de questões que emergem de etnografias da Melanésia, da Amazônia, entre outras, e inspiram diretamente a teoria antropológica, sobretudo no que se refere aos atores, os coletivos a serem considerados na análise, a agência, a busca permanente de simetrização na relação entre distintos regimes de saberes etc. São eleições etnográficas que fundamentam modos de produzir a etnografia. Atualmente, as políticas etnográficas em curso têm sido objeto de preocupação para os pesquisadores envolvidos, por exemplo, nas relações entre humanos, animais e plantas, redes sociotécnicas (como o ciberespaço e cibercultura) etc.
- 9 Uma apreciação do conjunto de trabalhos a que nos referimos encontra-se em Rifiotis *et al.* (2010).
- 10 Destacam-se as importantes contribuições de Jean Segata (2009, 2013) para os avanços dos trabalhos do GrupCiber na direção da teoria ator-rede.
- 11 É necessário precisar que a qualidade da defesa etnografia Peirano (1992, p. 15) ultrapassa a simples afirmação e apologia, para questionar-se sobre a “fecundidade teórica do trabalho etnográfico” e a “temporalidade das explicações”.
- 12 Trata-se de uma entrada para o estudo do mundo das ciências que Latour vem desenvolvendo desde seu livro com Woolgar, *A vida de laboratório*, publicado em 1997. Um viés que introduz a ideia da disputa entre o “dado” e “fabricado” como inerente ao complexo processo de produção científica moderna. Lembrando que a modernidade não é apenas um processo de purificação, separação e constituição de campos específicos, ela também atua por desvios, tradução, produzindo recorrentemente híbridos. Se há uma marca da modernidade é a ambiguidade: proliferação e denegação de híbridos, como bem definiu Latour (2000).
- 13 Vale ainda lembrar aqui o enunciado contundente de Mauss (1967, p. 7) sobre a questão: “O objeto é, em muitos casos, a prova do fato social: um catálogo de *charmes* [objetos ou ações que exercem efeito mágico] é um dos melhores meios para elaborar um catálogo de ritos.”

- 14 Todas as traduções de citações em língua estrangeira foram feitas pelo autor.
- 15 Texto republicado em 2014 no livro que reúne importantes trabalhos de Strathern: *O efeito etnográfico*.
- 16 Sobre os problemas da agência não humana, recomendamos o artigo de Sayes (2013).
- 17 “O actante pode ser concebido como aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação. [...] O conceito de actante substitui com vantagem, mormente na semiótica literária, o termo personagem [...] visto que cobre não só seres humanos, mas também animais, objetos e conceitos” (Greimas e Courtès, 1994, pp. 12, 13).
- 18 O que, em certa medida, já ocorre na própria análise do diário de campo como simulacro da experiência de campo.
- 19 A “fluidez” imaginada confronta-se com certo, digamos, apego à etnografia, que vai além do caráter “metodológico”; ela se torna um misterioso objeto de uma prática que é reproduzida por essa mesma prática. Num texto instigante, escrito a partir de entrevistas com etnógrafos e intitulado provocadoramente “I am a fieldnote”, Jean Jackson (1992, p. 33) afirma: “Argumentei que as opiniões dos antropólogos e seus sentimentos em relação às notas de campo podem nos dizer muito sobre a atividade antropológica”, e sobre a ambivalência que os etnógrafos mantêm com o trabalho de campo, como uma “versão da terra prometida e uma prova de fogo”.

BIBLIOGRAFIA

- BENITES, Luiz Felipe Rocha. (2007), “Cultura e reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem ‘inventiva’ de Roy Wagner”. *Campos*, 8 (2): 117-130.
- BOYER, Dominic. (2012), “From media anthropology to the anthropology of mediation”, in R. Fardon e J. Gledhill. *The SAGE handbook of social anthropology*, Londres, Sage, pp. 383-392. Disponível em: <http://anthropology.rice.edu/uploadedFiles/People/Faculty_and_Staff_Profiles/Boyer_Documents/Sage%252520media%252520anthropology.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- CLIFFORD, James. (1998), *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- _____. (1999), “After Writing culture”. *American Anthropologist*, 101 (3): 643-645.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George. (1986), *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkley, University of California Press.
- EMERSON, Robert; FRETZ, Rachel & SHAW, Linda. (1995), *Writing ethnographic fieldnotes*. Chicago/Londres, The Chicago University Press.
- ESCOBAR, Arturo. (1994), “Welcome to cyberia: notes on the anthropology of cyberculture”. *Current Anthropology*, 35 (3): 211-231.
- GOODMAN, Nelson. (1972), “The way the world is”, in _____. *Problems and projects*, Indianapolis, New York, The Bobbs-Merrill Company.
- GREIMAS, Algirdas Julien. (1976), *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÈS, Joseph. (1994), *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix.
- GUIMARÃES JR., Mário José Lopes. (2010), “Sociabilidade e tecnologia no ciberespaço”, in T. Rifiotis et al. *Antropologia no ciberespaço*, Florianópolis, Editora da UFSC, pp. 47-70.
- HARAWAY, Donna. (2000), “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, in T. T. Silva (ed.), *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, pp. 36-129.
- HINE, Cristine. (2004a), *Etnografia virtual*. Barcelona, UOC.
- _____. (2004B), “Virtual ethnography revisited”. Disponível em: <http://www.restore.ac.uk/orm/background/exploringorms/rmf_hine_outline.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- JACKSON, Jean E. (1990), “I am a fieldnote: fieldnotes as a symbol of professional identity”, in R. Sanjek. *The makings of anthropology*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 3-33.
- JAMES, Allison; HOCKEY, Jenny & DAWSON, Andrew. (1997), *After writing culture: epistemology and praxis in contemporary anthropology*. Londres/Nova York, Routledge.
- LATOUR, Bruno. (1994), “Une sociologie sans objets? Remarques sur l’interobjectivité”. *Revue Sociologie du travail*, 34 (4): 587-607.

- _____. (2000), *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2002), *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP, Edusc.
- _____. (2004), “Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern”. *Critical Inquiry*, 30 (2): 25-248.
- _____. (2008), *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires, Manantial.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. (1997), *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- LAW, John. (1992), “Notes on the theory of actor-network: ordering, strategy and heterogeneity”. *Systems Practice*, 5: 379-393.
- LEE, Nick & BROWN, Steve. (1998), “La alteridad y el actor-red: el continente no descubierto”, in M. Domènech e F. J. Tirado (comps.), *Sociología simétrica: ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*, Barcelona, Gedisa Editorial, pp. 219-248.
- MAUSS, Marcel. (1967), *Manuel d'ethnographie*. Paris, Éditions Sociales.
- _____. (1974), “As relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia”, in _____. *Sociologia e antropologia*, São Paulo, EPU/Edusp, vol. 1.
- MAXIMO, Maria Elisa *et al.* (2012), “A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço”, in A. E. Maldonado *et al.* (orgs.), *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*, Rio do Sul, Unidavi, pp. 293-319.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (2000), *O trabalho do antropólogo*. Brasília, Tempo Brasileiro.
- PEIRANO, Mariza G. S. (1992), “A favor da etnografia”. *Série Antropologia*, 130: 1-21.
- RABINOW, Paul. (2007), “Anthropological observation and self-formation”, in J. Biehl *et al.* (orgs.), *Subjectivity: ethnographic investigations*, Berkeley, University of California Press, pp. 98-118.
- RIFIOTIS, Theophilos. (2002), “Antropologia do ciberespaço. Questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade”. *Antropologia em Primeira Mão*, 51: 1-19.
- _____. (2010), “Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade”, in _____. *Antropologia no ciberespaço*, Florianópolis, Editora da UFSC, pp. 15-27.
- _____. (2012), “Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 12: 566-578.
- RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa & CRUZ, Fernanda Guimarães. (2009), “Diálogos metodológicos entre antropología y comunicación en la investigación de las formas de apropiación de centros público se acceso a la internet”, in A. P. Fernández e A. E. Maldonado (orgs.), *Metodologías transformadoras: tejendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina*, Caracas, Fondo Editorial Cepap, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, pp. 147-175.
- _____. (2010), “Diálogos de frontera: volviendo a pensar en las redes socio-técnicas a partir de experiencias etnográficas en lan houses”, in A. P. Velarezo e A. E. Maldonado. (orgs.), *La investigación de la comunicación en América Latina*, Quito, Fondo Editorial Facso-UCE, pp. 169-195.
- RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (2010), *Antropologia no ciberespaço*. Florianópolis, Edufsc.
- RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (2011), “Redes socio-técnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa da cibercultura”, in A. E. Maldonado, V. S. Barreto e J. S. Lacerda (orgs.), *Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina*, João Pessoa/Natal: Editora da UFPB/Editora da UFRN, pp. 221-245.
- SAYES, Edwin. (2013), “Actor-network theory and methodology: just what does it mean to say that nonhumans have agency?”. *Social Studies of Science*, 44 (1): 134-149.
- SEGATA, Jean. (2009), “Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço”. *Rastros*, 2: 78-92.
- _____. (2013), “A inventividade da rede”. *Rastros*, 26 (2): 139-149.
- STRATHERN, Marilyn. (1996), “Cutting the network”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 2 (3): 517-535.

- _____. (2006), *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2014), “Cortando a rede”, in _____. *O efeito etnográfico*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 295-319.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002), “O nativo relativo”. *Mana*, 8 (1): 113-148.
- WAGNER, Roy. (2010), *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify.

**ETNOGRAFIA NO CIBERESPAÇO
COMO “REPOVOAMENTO” E
EXPLICAÇÃO**

Theophilos Rifiotis

Palavras-chave: Ciberespaço; Cibercultura; Teoria Ator-Rede; Simetrização; Etnografia.

O presente artigo procura discutir os fundamentos da etnografia no ciberespaço e as possibilidades teórico-metodológicas abertas pela Teoria Ator-Rede (TAR). A etnografia na perspectiva sociotécnica desenhada pela TAR deixa de ser um atividade eminentemente interpretativa para se tornar uma descrição das séries de conexões em que actantes (“humanos” e “não humanos”) se inscrevem no curso da sua ação. A problemática do “repovoamento” dos elementos visibilizados pela descrição (para além dos “humanos”), os dilemas da escrita sobre a ação e a agência, entendidas como o que ou quem “faz fazer”, além das exigências colocadas pela descrição de redes através dos traços deixados pelos actantes, exigem uma revisão do fazer etnográfico que colocaremos em debate. Assim, serão especialmente abordadas no artigo a noção de simetrização e de descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

**ETHNOGRAPHY IN
THE CYBERSPACE AS
“REPOPULATION” AND
EXPLANATION**

Theophilos Rifiotis

Keywords: Cyberspace; Cyberculture; Actor-Network Theory; Ethnography.

The article seeks to discuss the foundations of ethnography in the cyberspace and the theoretical-methodological possibilities opened by the Actor-Network Theory (ANT). In the socio-technical perspective designed by the ANT, ethnography is no longer view as an eminently interpretative activity, but as a description of the series of connections in which actants (“human” and “non-human”) are inserted in the course of their action. The question of the “repopulation” of the elements made visible by the description (in addition to the “human”), the dilemmas of the writing on action and agency, understood as what or who “make it happen”, besides the requirements established by the description of networks through the traces left by the actants, all that demand a revision of the ethnographic activity which is subjected to a debate in the article. Accordingly, the notions of producing symmetry and of a description with focus over the action are especially discussed, seeking to systematize the foundations of an ethnography of action.

**L'ETHNOGRAPHIE DANS
LE CYBERSPACE EN TANT
QUE “REPEUPLEMENT” ET
EXPLICATION**

Theophilos Rifiotis

Mots-clés: Cyberspace; Cyberculture; Théorie de l'acteur-réseau; Symétrisation; Ethnographie.

Cet article propose une discussion sur les fondements de l'ethnographie dans le cyberspace et les possibilités théoriques et méthodologiques mises à disposition par la Théorie de l'acteur-réseau (TAR). L'ethnographie, suivant la perspective sociotechnique proposée par la TAR, n'est plus une activité éminemment interprétative mais est devenue une description des séries de connexions dans lesquelles les acteurs (“humains” et “non-humains”) s'inscrivent au cours de leur action. La question du «repeuplement» des éléments visibles grâce à la description (au delà des “humains”), les dilemmes de l'écriture sur l'action et l'agence, compris comme l'objet ou le sujet qui «fait faire», outre les exigences placées par la description de réseaux grâce aux marques laissées par les acteurs, exigent une révision de la construction ethnographique que nous proposerons de débattre. Ainsi, nous aborderons particulièrement la notion de symétrisation et de description en ayant l'action en tant que point central, tout en cherchant de systématiser les fondements d'une ethnographie de l'action.